



PORTARIA Nº 04/2020/CME-CUIABÁ

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE CARÁTER TEMPORÁRIO PARA MITIGAÇÃO DE RISCOS CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CUIABÁ.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, no uso das suas atribuições legais, constante no inciso XVI e XVII do artigo 3º e alínea "A" do I do artigo 9º da Lei 5.354 de 09 de dezembro de 2010.

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou a infecção por coronavírus como uma pandemia e que, apesar da maioria dos contágios até o momento que tenham origem em locais/países mais afetados, já foram constatados casos de contágio comunitário no Brasil;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979/2020, que define medidas para enfrentar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e como orientações emanadas pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, que estabeleceu como medidas para enfrentar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos e regras para fins de prevenção de infecção e propagação de coronavírus - COVID-19 no âmbito das Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO que evitar aglomerações e adotar como medidas básicas de prevenção são medidas recomendadas para achatar uma curva de contágio e evitar o colapso dos hospitais;



CONSIDERANDO que o COVID-19 tem taxas de mortalidade índice elevado entre idosos e pessoas com doenças crônicas;

CONSIDERANDO que a adoção de hábitos básicos de higiene e a ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação são relevantes para uma redução significativa de potencial contágio;

CONSIDERANDO Decreto nº 407, de 16 de março de 2020, Decreto nº 413, de 18 de março de 2020 de 18 de março de 2020 e Decreto nº 7.846 de 18 de março de 2.020, que versão sobre as medidas preventivas de prevenção do contágio pelo novo coronavírus (COVID-19)

CONSIDERANDO a responsabilidade social do CME/Cuiabá e a necessidade de manter sua prestação de serviços públicos;

CONSIDERANDO o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), as implicações da pandemia no fluxo do calendário escolar, das Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino de Cuiabá, que tenham necessidade de reorganizar as atividades pedagógicas ou de aprendizagem em face da suspensão das mesmas por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto 7.868/2020 de 04 de abril de 2020 que consolida as medidas emergenciais e temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (covid-19), no âmbito das atividades públicas e privadas no município de Cuiabá;

CONSIDERANDO o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública com a preservação da saúde e bem estar de toda população cuiabana; e

CONSIDERANDO o artigo 1º do Decreto Municipal nº 7.898 de 09 de maio de 2020 que permite a possibilidade do agente público exercer suas funções através do sistema teletrabalho (home office) durante a situação de emergência

decretada;

RESOLVER:

Art. 1º Prorrogar a Portaria nº 02/2020/CME/Cuiabá tendo em vista a necessidade de se adotar medidas para mitigação de riscos da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Cuiabá/MT no período de

Parágrafo único. As medidas que trata esta Portaria tem caráter temporário e deve vigor até disposição em contrário constante de ato do Presidente do CME.

Art. 2º O acesso às dependências do CME fica restrito a:

I - conselheiros, conselheiros suplentes;

II - servidores do quadro de pessoal do CME;

Art. 3º Ficam suspensos as Visitas Técnicas, recebimento e tramitação de processos constantes nas Resoluções 01 e 02/2019/CME/Cuiabá das Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino de Cuiabá-MT, no período de 06/04 a 10/05.

Art. 4º É responsabilidade dos Diretor/Mantenedor propor formas de reposição de dias e horas de efetivo trabalho escolar e informar ao CME via Ofício a constando a ata de aprovação e o calendário atualizado

§1º - De forma a atender aos dispositivos da LDB, em especial o artigos 24 (cumprimento dos 200 dias de efetivo trabalho escolar, bem como, da carga horária mínima anual de 800 horas na Educação Básica) orienta-se que sejam adotadas providencias necessárias e suficientes para assegurar o cumprimento das atividades escolares e execução de seus currículos e programas.

§2º - Seja assegurada a reposição de aulas e atividades escolares que foram suspensas de forma a garantir o direito do aluno e preservar o padrão de qualidade previsto no inciso IX do artigo 3º da LDB e inciso VII do art. 206 da



Constituição Federal.

Art. 5º Compete a Unidade Educacional reorganizar o calendário escolar em todas as etapas e modalidades de ensino, e que seja feita com a participação dos colegiados das Unidades Escolares, notadamente, dos professores e da equipe pedagógica e administrativa, bem como dos familiares dos alunos e demais setores envolvidos na organização das atividades escolares.

Art. 6º. Ficam definidas as atividades laborais dos Assessores Técnicos de CME em Home Office no período de 90 dias, para atendimento das demandas.

Art. 7º. fica determinada que no período de 06/04/2020 a 10/05/2020, as reuniões Plenárias e de Câmaras serão realizadas por meio eletrônico em plataforma digital, sendo obrigatória a manifestação dos conselheiros para computar presença nas sessões ordinárias e ou extraordinária.

Parágrafo único. Permanece de forma presencial as reuniões de comissão, sendo convocado pelos Assessores Técnicos com antecedência de 24h com pauta definida pelo Coordenador da referida comissão.

Art. 8º Conforme a realizações das reuniões Plenárias e de Câmaras que serão por meio eletrônico, a remuneração será de acordo com reuniões realizadas cada um dos membros presente.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor, a partir de sua assinatura.

REGISTRADA

CUMPRA-SE

PUBLICADA

Cuiabá, 15 de Maio de 2020.



Luiz Batista Jorge
Presidente do CME/Cuiabá

CME